

Ressonâncias da lógica desenvolvimentista no cotidiano de comunidades camponesas: reflexões a partir do programa transvergente

SUELY EMILIA DE BARROS SANTOS*

CLARISSA MARQUES**

Resumo: O presente artigo se destina a pôr em reflexão alguns impactos que a lógica desenvolvimentista impõe sobre comunidades camponesas no Sertão de Pernambuco, em especial, camponeses afetados pela grande obra da transposição do rio São Francisco, em Sertânia/PE. Partimos da experiência com o Programa de Extensão Universitária TransVERgente, para tecer uma compreensão sobre a intensificação das desigualdades e do sofrimento humano das comunidades afetadas, embora, muitas vezes, ocultados por belas e grandiosas obras”. Questionar o paradigma industrial como fonte de problemas socio-ecológicos, bem como trabalhar a partir da proposta de descolonização do pensamento, e de um olhar para o sofrimento como constituinte do humano, apesar de atravessado pelos impactos socioambientais, leva-nos a pensar o quanto estamos mergulhados numa profunda crise de sentido - do sentido do ser/fazer em sociedade.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Impactos; Sofrimento; Extensão Universitária; Programa TransVERgente.

Resonances of the developmental logic in the daily life of agricultural communities: reflections from the transvergente program

Abstract: This article is intended to reflect on some impacts that the developmental logic imposes on peasant communities in the Sertão of Pernambuco, in particular, peasants affected by the transposing of the São Francisco River, in Sertânia/PE. We start from the experience with the TransVERgente University Extension Program, to weave an understanding of the intensification of inequalities and human suffering in the affected communities, although, many times, hidden by “beautiful and grandiose works”. Questioning the industrial paradigm as a source of socio-ecological problems, as well as working from the proposal of decolonization of thought, and looking at suffering as a constituent of the human, despite being crossed by social and environmental impacts, leads us to think how much we are immersed in a deep crisis of meaning - of the meaning of being/doing in society.

Key words: Development; Impacts; Suffering; University Extension; TransVERgente Program.



* **SUELY EMILIA DE BARROS SANTOS** é Doutora em Psicologia Clínica pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP); Professora Adjunta da Universidade de Pernambuco (UPE – Campus Garanhuns) e do Programa de Pós-Graduação Saúde e Desenvolvimento Socioambiental (PPGSDS/UPE).



** **CLARISSA MARQUES** é Pós-Doutorado na The New School of Social Research - NY (Bolsista CAPES). Doutora em Direito pela UFPE com Estágio de Doutorado na Universidade de Paris (PDEE/CAPES). Professora da Universidade de Pernambuco (UPE) e do Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade Damas (PPGD-ARIC-FADIC).

A modernidade colonizadora alimentadora de sofrimento

Jamais tivemos enquanto humanidade instrumentos tão eficazes e universais para intervir no mundo. Os poderes mudaram de escala, passamos do impacto local ao global sem qualquer controle conceitual ou prático. Além dessa expansão espacial dos poderes, merece destaque o fato das consequências da intervenção humana na ordem natural possuir também um outro poder: a capacidade de prolongarem-se no tempo. Assim, o destaque concedido à problemática do desenvolvimento durável, aqui tomada por meio da chamada sustentabilidade, indica uma certa inquietude diante da ampliação no tempo e no espaço das consequências trazidas pela intervenção humana no mundo. Ou seja, a extensão territorial e ao longo do tempo, dos efeitos provocados por tais ações.

Lembra-nos Enrique Leff, sociólogo mexicano, que foi a partir do paradigma da negação (a negação da natureza) e de uma visão mecanicista que a sociedade moderna cresceu economicamente (LEFF, 2006). Como o motor da lógica capitalista é a maximização dos lucros, a natureza, como fonte de riqueza, ao lado da força de trabalho, são intensamente exploradas para serem transformadas em mercadoria (MOORE, 2015).

Essa lógica desenvolvimentista impulsionada pelo modelo capitalista de produção trouxe consigo impactos e riscos ambientais que passaram a ser considerados como etapas inevitáveis à promoção daquilo que se convencionou chamar de desenvolvimento (GUIMARÃES, MARQUES, SANTOS, 2021). Nessa dinâmica econômica, a "negação da natureza", como nos sugere Leff (2006), permitiu que os danos e riscos fossem interpretados ao longo da história como eventos pontuais e muitas

vezes como catástrofes naturais e não humanas. Esse entendimento nos traz várias consequências, dentre elas a insuficiente divulgação e compartilhamento das repercussões dos riscos e danos não apenas ao meio ambiente, mas também os impactos diretos provocados à vida das pessoas, os chamados impactos humanos e socioambientais os quais na maior parte dos casos são decorrentes de ações humanas e terminam por atingir com maior intensidade os mais vulneráveis. No presente trabalho os mais vulneráveis serão representados pelas comunidades camponesas diretamente impactadas pelas obras da Transposição do Rio São Francisco no município de Sertânia, sertão de Pernambuco.

Nesse sentido, a problemática ambiental afasta-se da concepção de catástrofe ecológica, autônoma e espontânea, e aproxima-se da constatação de que em crise está a civilização, o pensamento ocidental, a racionalidade moderna, o modelo econômico, o paradigma do afastamento que terminou por negar as relações entre sujeito e objeto, organismo e ambiente, causa e efeito. O desafio torna-se, assim, redescobrir o lugar que o homem deve ocupar na natureza, reposicionar o ser humano no mundo (STENGERS, 2015).

Desse modo, a atualidade caracteriza-se pela presença constante de crises. Toda essa situação se instala pela vertiginosa velocidade/volatilidade com que as mudanças relacionais, políticas, econômicas vêm ocorrendo no cenário mundial, e o conseqüente desalojamento existencial dos humanos nos seus modos de experientiação do viver cotidiano.

No entanto, mesmo diante de uma ameaça de destruição ou desconstrução nos modos de existir, e de paradigmas políticos, econômicos, tecnológicos, industriais, dentre outros, vale ressaltar

que, tomando o vocábulo crise da palavra grega *krisis* (decisão), derivada do verbo *krino* (decido, separo, distingo, julgo), as crises, podem ser compreendidas como um ponto de passagem para mudança necessária à destinação dos humanos, das instituições e da sociedade (SANTOS, 2005).

De fato, no quadro de nossa presente condição humana, vislumbra-se, a presença de uma crise de sentido da vida. É o próprio ser e o fazer do humano em sua raiz autoconstituente, que está em processo autofágico. Visivelmente, o saldo de tudo isso não é animador. Além da insegurança, do medo de morrer, do isolamento/distanciamento social que incitam o humano a questionar sobre seus modos de viver no mundo com outros, vislumbramos sinais da falência do regime já conhecido de convivência sociopolítica. Não é à toa, portanto, que esse período epocal esteja penetrado por uma mescla de inquietações – ainda não compreendidas de modo a permitir que, sobre as mesmas, se construam direções diante do sentimento desanimador de que algo “não está certo” afetando a nossa saúde mental. E o pior é perceber que nem mesmo os valores ameaçados pelo impacto do inusitado, nem aquilo que os ameaça, foram sequer formulados na raiz desse sentimento de crise que nos coloca frente a constatação de um viver efêmero.

Nesse novo cenário se faz necessário questionar o processo cartesiano de enxergar o mundo a partir de uma lógica dual, pautada em binômios, e no afastamento secular entre corpo e mente, a exemplo do próprio Descartes que chegou a afirmar que corpo e mente eram duas substâncias distintas. Afinal, coexistimos; e nessa compreensão, não existe homem e mundo, ou seja, o mundo do humano é mundo compartilhado. Podemos então dizer que, se nos

deslocamos do plano metafísico para o de uma hermenêutica, revestiremos o olhar para a existência humana nas dimensões estética, ética, política, educativa, econômica, histórica (SANTOS, 2016).

Não raramente as obrigações impostas pela Administração Pública e pela Justiça brasileira em razão de danos e impactos ambientais produzidos, tanto através da iniciativa privada como também pelo Poder Público, não levam em consideração as pessoas em situação de sofrimento. Ou seja, as duas "caixas" modernas homem e natureza, bem como as duas "caixas" corpo e mente voltam a ser interpretadas separadamente e as intersecções não são objeto de análise nos processos de reparação. Dessa forma, o atual cenário de “crise” exige uma análise não dualista e capaz de interpretar os elementos humanos e não humanos como um só sistema.

Compreendendo o sofrimento a partir da etimologia da palavra *páthos* – aquele que sofre, e ainda como tonalidades afetivas (FEIJOO, 2017), podemos dizer que nesse cenário da COVID-19, por exemplo, temos acompanhado diversas modulações singulares nos modos dos humanos experienciarem as suas dores e, portanto, eles sofrem. Esse “ataque” aos modos de viver cotidiano já “familiares”, é capaz de pôr os humanos em crise pois sua saúde mental como “direito de ser quem se é” (MORATO, 2018, p. 189), passa a ser ameaçada. Aqui surge a importância de se refletir acerca da saúde mental nesse momento de aguda crise que reverbera em toda a humanidade. Santos (2019, p. 35), propõe “olhar a saúde mental como espaço de pro-dução da vida. Pro-dução, não no sentido de um produto, um resultado, mas de desvelamento, do que pode se manifestar na própria ação de viver”.

Surge um desafio atual em tempos sombrios de convivência com a ameaça do Coronavírus: encontrar modos de lutar contra uma soberania que massacra peles existenciais. Por essa visão, nos deparamos vivamente com o pensamento de Basaglia (1979), quando demarca que precisamos dizer não à miséria do mundo e lutarmos juntos, unidos, por uma situação de emancipação dos humanos, sem esquecer da coexistência homem-mundo.

Assim, para compreendermos como essa lógica de impactos socioambientais transforma a vida das comunidades, em especial na América Latina, que é o objeto da nossa análise, é preciso também enfrentar a crítica ao paradigma industrial. Ou seja, questionar se o conceito de sociedade industrial é a fonte dos nossos problemas socio-ecológicos. Ou melhor, refletir se a industrialização em grande escala ao longo do século XIX representou apenas um dos pontos de transformação na história do capitalismo e não o auge de um padrão de desenvolvimento.

Outras fontes teóricas, em especial as que trabalham a partir de propostas de descolonização do pensamento, nos fazem pensar no século XVI como o surgimento do capitalismo (MOORE, 2015). O marco temporal dos impactos sociais e ambientais seria a lógica de máxima apropriação desenvolvida pelos modelos coloniais implantados principalmente na América e África e não a sociedade industrial como afirmam alguns teóricos.

O mundo moderno vem sendo apresentado a partir de uma lógica que nasce de seu próprio sistema, deixando as peculiaridades das experiências históricas e coloniais como um anexo a ser consultado a depender das contingências. Entretanto, uma outra

história pode ser identificada. É o percurso do capitalismo histórico no “Mundo Atlântico” (MOORE, 2015) e suas modernidades coloniais, já que foram muitas e não apenas uma única construção moderna. Seus resultados emergem da dominação política, econômica e cultural, e também da colonização do imaginário (MIGNOLO, 2017).

A ideia de modernidade proposta pelos europeus renega a relevância dos povos que foram explorados e colonizados durante o período de expansão colonial, bem como a lógica de máxima apropriação colocada em prática por meio da exploração dos recursos e da mão de obra escrava, seja indígena ou africana. Pretende-se, assim, a partir do conceito de “moderno”, adotar uma perspectiva universalista (QUIJANO, 2005), eliminando a importância da localização geopolítica. Isso importa dizer que não é reconhecida a relação intrínseca existente entre modernidade e colonização, de modo que os sujeitos colonizados têm sua história invisibilizada pela modernidade, assim como também resta apagada a devastação socioambiental praticada pelo capitalismo histórico.

O sertão não virou mar: há a massa cinzenta do canal

A canção de Sá e Guarabyra intitulada “Sobradinho” conta como o discurso desenvolvimentista é visto pela população: “O homem chega, já desfaz a natureza / Tira a gente, põe represa / Diz que tudo vai mudar”, ao mesmo tempo em que narra as ressonâncias da ação desenvolvimentista nessa mesma população: “É passo a passo vai cumprindo a profecia / Do beato que dizia que o sertão ia alagar / O sertão vai virar mar... / Dá no coração / O medo que algum dia / o mar também vire sertão”. (SÁ; E GUARABYRA, 1977, online).

Esta música nos coloca diante de dois olhares: um olhar daquele que chega devastando a natureza, prometendo uma mudança de vida pelo olhar capitalista colonizador; e outro olhar anunciado pelo beato que simbolicamente expressa a fé do sertanejo, e desvela a presença do medo já anunciando que para a população a transposição não é experienciada como um “mar de rosas”, pois dá medo no coração.

Essa anúncio nos aproxima da experiência com o Programa de Extensão Universitária TransVERgente, que acontece no Sertão de Pernambuco, na cidade de Sertânia, com camponeses que foram afetados pela transposição do rio São Francisco. De início, contamos que o nome TransVERgente nasceu quando escutamos dos camponeses sertanejos a vivência cotidiana com o descaso, o esquecimento advindo dos governos municipal, estadual e federal, com “as gentes” que habitam os arredores por onde passa o canal da transposição.

Diz o poeta Manoel de Barros: “O olho vê, a lembrança revê, e a imaginação transvê. É preciso transver o mundo”. (RAPH, 2016, online). O poeta gostava de inventar palavras e neste verso, desvela que o mundo é para ser visto pela recordação, pela criação, inventividade, imaginação. Sendo assim, inspirados pela poiésis criamos o nome TransVERgente, no sentido de “**Trans**por as injustiças sofridas pelo povo, e **Ver** além, a **Gente** que demanda um cuidado.” (SILVA; SANTOS; SANTOS, 2020, p. 82, grifos dos autores).

Assim, num megaprojeto como esse é preciso ver além da transposição. É preciso ver gente, ver as populações que habitam/habitavam aquele território, compreendido como “um contexto no qual os habitantes/clientes vivem e

convivem cotidianamente, sendo corresponsáveis pelo espaço que habita com-outros – um espaço marcado por um pertencer coletivo, no qual se compartilha a experiência de pertencimento” (SANTOS, 2016, p. 20). Ou nas palavras de Gomes (2019, p. 45), o território “não pode ser entendido apenas como uma porção de terra, pois nesta está acrescida toda configuração sociológica, geográfica e histórica construída ao longo do tempo pela vivência de seus membros.”. Reconhecer-se pertencente ao grupo camponês é se apropriar de que se tem voz e possibilidade de decisão, de encaminhar coletivamente, modos de existir com outros.

Nesta direção, olhando para além da “grandeza” da transposição do rio São Francisco e escutando em ação, povos da terra – os camponeses –, vimos a presença do sofrimento com as marcas da devastação dos territórios, das perdas materiais e imateriais, do agravo a saúde, da desapropriação, da violação de direitos, da falta de água... O Sertão não virou mar em Sertânia; há estampada a presença cinzenta do canal da transposição. Barreto (2018) afirma que imposições de novas condições de viver, contribuem para desarraigam um povo dos vínculos tradicionais, bem como dos modos de existir no cotidiano. Esse rompimento com a familiaridade cotidiana deságua em diversos problemas sociais, ecológicos e sofrimentos existenciais.

Ailton Krenak (2020), um dos grandes intelectuais e liderança indígena da atualidade, alerta-nos acerca do fracasso de se pensar a humanidade tomando os paradigmas modernos/ocidentais/eurocêntricos que distancia os humanos da natureza colocando-os no desafio e/ou no perigo de se deparar com as mazelas produzidas

pelos artefatos tecnológicos. Em suas palavras: “O planeta está dizendo: ‘Vocês piraram, se esqueceram quem são e agora estão perdidos achando que conquistaram algo com os brinquedos de vocês’” (p. 59, aspas do autor).

Será a transposição “um brinquedo” perverso da colonialidade que devasta a vida de camponeses e os deixa como “condenados da terra”? (FANON, 2005). Nesse sentido, o referido autor nos conta que,

O colono faz a história e sabe que a faz. E, porque se refere constantemente a história da sua metrópole, indica claramente que ele é, aqui, o prolongamento dessa metrópole. [...] Mundo compartimentado, maniqueísta, imóvel, mundo de estátuas, a estátua do general que fez a conquista, a estátua do engenheiro que construiu a ponte. Mundo seguro de si, esmagando com suas pedras as colunas dorsais esfoladas pelo chicote. Esse é o mundo colonial. (FANON, 2003, p. 68).

Lembramos de uma das primeiras idas ao território quando na imensidão do canal da transposição, vimos um banheiro químico abandonado. Essa imagem que foi fotografada na câmera, mas muito vividamente na lembrança, nos faz pensar que pode ser a expressão literal de uma “obra malcheirosa” pela devastação na vida de tantos camponeses. A estátua representativa da grande obra. Essa provocação/denúncia nos leva a reconhecer que a transposição do rio São Francisco se mostra alicerçada num projeto extrativista e alimentada pela violação de direitos dos povos da terra, causando instabilidades socioecológicas, psicossociais e existenciais, pois,

O que acompanhamos é o acontecer de grandes obras que deixam de lado os aspectos socioambientais, em que

não há preocupação com as dimensões sociais/existenciais que as permeiam; o pensamento colonizador se faz presente, impondo mudanças e as condições em que se dará o viver daqueles que se veem afetados pela presença das obras no seu cotidiano. (SILVA; SANTOS, 2020, p. 18).

Uma outra memória marcante é o espaço identificado pelo Ministério da Integração como uma praça da Agrovila. Trata-se na verdade de um chão de concreto no meio do nada, desprovido de qualquer condição de bem estar que uma praça possa proporcionar às pessoas. Bancos de cimento sob um chão de concreto em uma região onde a sensação térmica ultrapassa os quarenta graus com facilidade é o que o Poder Público oferece como espaço de convivência para as famílias cuja convivência foi atropelada pelos canais da Transposição. Esse é apenas um dos problemas que integram a complexidade da desterritorialização. “A desestabilização do poder territorial, a desconstrução do modo de produção familiar e a descaracterização da identidade camponesa, fragilizando as possibilidades de escolhas e decisões sobre a vida e a saúde, estão entre estes problemas” (GUIMARÃES, MARQUES, SANTOS, 2021).

Diante de todo esse desassossego, voltamos para a questão levantada por Fernandes e Macedo (2020, p. 105): “Como romper ou criar fissuras nesse alicerce moderno extrativista de vida?; e os autores apontam: “Talvez, uma alternativa seja tentar produzir formas de encontro e de habitar com os outros a terra devastada.”.

Nessa direção, o Programa TransVERgente vem buscando criar modos de encontros com uma população que se reconhece silenciada pelos poderes públicos, e se encontra

desalojada por ter sido arrancada de seu território de pertencimento, com indenizações na grande maioria irrisórias, em relação às desapriações. E podemos continuar a indagar: como habitar um território em que não há o reconhecimento de pertencimento, e impedimentos/ impecilhos para contruir uma história com-outros?

Santos (2016, p. 202) ao afirmar que “habitar não diz respeito ao fato de possuir ou de localizar-se em uma moradia, mas ao modo como o homem constrói o mundo que o circunda”, levamos a refletir que uma possibilidade para “habitar a terra devastada” é olhar para os modos como o humano se situa e compreende a sua existência ao longo da história do conviver com outros, pois “o pensamento, a criticidade e a ação são todos realizados não quando se busca reconhecimento dos mestres, mas quando estendemos as mãos aos outros condenados” (MALDONADO-TORRES, 2019, p. 50). Compreendemos então que, para enfrentar os impactos da transposição no viver cotidiano dos camponeses, um caminho possível é estender as mãos como assinala o referido autor, produzir formas de encontros como indicaram Fernandes e Macedo (2020); esse trajeto ratifica o que dizem Silva e Santos (2020, p. 19): “a ação coletiva emerge como possibilidade de resistir às dificuldades vivenciadas diariamente”.

(In)conclusões: obras inacabadas acabando com modos de viver

O sistema capitalista em sua fase globalizante - pôs em marcha um processo de desenvolvimento na economia e na tecnologia, dificilmente reversível, apesar da ameaça de levar ao desaparecimento da espécie. Nessa realidade, urge se reinventar, pois instala-se em seu seio, uma crise

profunda de sentido – do sentido do ser/fazer em sociedade.

Nesse contexto, o desenvolvimento apresenta-se como proposta libertária e caminho para enfrentamento das desigualdades, no entanto, as experiências desenvolvimentistas, comumente implementadas apontam para uma intensificação das desigualdades, acúmulo de riquezas nas mãos de um número mínimo de pessoas já ricas e ocultamento quase que absoluto dos impactos socioambientais nas comunidades afetadas, incluindo-se aí os impactos à saúde física e mental.

Ao contrário do que possa parecer esse padrão de desenvolvimento instituído pelo sistema capitalista-colonial no "Mundo Atlântico" não representa um capítulo encerrado, conforme destacado ao longo do presente artigo. As relações coloniais são históricas e atuais. Para sustentar os modos de vida com os padrões de consumo produzidos pela dinâmica econômica, as populações do Norte geopolítico e as elites dos países do sul, ou seja, uma porção mínima da população mundial, empenham-se em ter acesso à totalidade dos recursos do planeta, sejam os bens naturais, seja a mão de obra cada dia mais barata, ou, no caso aqui apresentado, a apropriação de territórios através da violação de direitos das comunidades que historicamente desenvolveram vínculos com o ambiente. Em outras palavras, o luxo de uns é promovido a partir da exploração de tantos outros, não sendo possível estender esse padrão de consumo a todas e todos como sugere os ideais de desenvolvimento, uma vez que tal padrão tornou-se possível após séculos de expansão e às custas da destruição de outras culturas e modos de vida.

Essa lógica desenvolvimentista sempre atuou por meio de táticas de encobrimento. Historicamente encobriu-

se a pluralidade dos modos de vida, a diversidade linguística, as diversas formas de ser e compreender o mundo. As obras da Transposição do Rio São Francisco atuaram também por meio do encobrimento da população campesina afetada. Esse encobrimento é acompanhado em muitos dos casos pela ausência de informações que deveriam ser compartilhadas por órgãos públicos e pelas corporações privadas parceiras nos megaprojetos. A estratégia parece ser de fato manter os atingidos desinformados, bem como não informar com clareza a sociedade civil que segue segura dos benefícios trazidos por tais empreendimentos e alienada sobre os altos impactos sociais.

Desconsiderar os medos e receios quanto ao futuro de uma população atingida por impactos é tão grave quanto não enxergar suas memórias e negar seu passado. Sendo assim, os processos de reparação deveriam levar em consideração não apenas os danos causados ao que já havia sido construído pelas comunidades atingidas, mas também os danos causados à saúde em razão das angústias e dúvidas sobre o que esperar do futuro após desastres. Sim, a condição dos sujeitos afetados pela Transposição é uma condição de quem atravessou e segue atravessando um desastre.

Referências

BARRETO, Carmem Lúcia B. T. Angústia e Desamparo: o sofrimento humano na era da técnica moderna. In: BARRETO, Carmem Lúcia B. T.; LEITE, Danielle F. C. C. S.; SILVA, Ellen Fernanda G. **Clínica psicológica e sofrimento humano**: uma perspectiva fenomenológica existencial. Curitiba: CRV, 2018. p. 19 – 33.

BASAGLIA, Franco. **A psiquiatria alternativa**: contra o pessimismo da razão, o otimismo da prática – Conferências no Brasil. 2. ed. São Paulo: ed. Brasil em Debates, 1979.

FANNON, Frantz. **Os condenados da terra**. 3. reimpressão. Juiz de Fora: UFJF, 2005

FEIJOO, Ana Maria L. C. de. Dor, Sofrimento e Desespero: do Homem Grego ao Homem Moderno. In: Feijoo, Ana Maria L. C. de (Org.). **Interpretações Fenomenológico-Existenciais para o Sofrimento Psíquico na Atualidade**. 2.ed ver. Rio de Janeiro: IFEN, 2017. p.7-32.

FERNANDES, Saulo, L.; MACEDO, João Paulo. Encontro com os territórios tradicionais: possibilidades para habitar uma terra devastada. **Revista Espaço Acadêmico** – Edição Especial – fev./2021. p. 102 – 111. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/57095/751375151618>>. Acesso em: 20 de maio de 2021.

GOMES, Wanessa da S. **Terra é saúde**: a determinação social da saúde na comunidade quilombola do Castainho, Garanhuns – Pernambuco. 176f. Tese de Doutorado, em Saúde Pública, Instituto Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2019.

GUIMARÃES, Anne Gabriele A.; MARQUES, Clarissa; SANTOS, Suely Emilia de B. Transposição do Rio São Francisco: o padrão desenvolvimentista através de megaempreendimentos e seus deslocamentos forçados. **Revista Científica do UniRios**, v. 30, 2021, p. 437-459. Disponível em: <https://www.unirios.edu.br/revistarios/media/revistas/2021/30/transposicao_do_rio_sao_francisco.pdf>. Acesso em 01 de junho de 2021.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental** – a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFUGUEL, Ramón (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. Trad. Marco Oliveira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, junho/2017, p. 1-18.

MOORE, Jason W. **Capitalism in the web of life. Ecology and accumulation of Capital**. New York: Verso, 2015.

MORATO, Henriette T. P. Reflexões acerca da saúde: implicações para o desassossego humano contemporâneo. In: DUTRA, Elza (Org.). **O Desassossego Humano na**

Contemporaneidade. (pp. 167-197). Rio de Janeiro: Via Verita, 2018.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina.** Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RAPH. **Textos para Reflexão.** 2016. Disponível em:
<<https://textosparareflexao.blogspot.com/2014/12/e-preciso-transver-o-mundo.html>>. Acesso em: 30 de maio de 2021.

SÁ E GUARABYRA. **Sobradinho.** Interpretes: Sá e Guarabyra. 1977. Disponível em:
<<https://www.vagalume.com.br/sa-e-guarabyra/sobradinho.html>>. Acesso em: 30 de maio de 2021.

SANTOS, Suely Emilia de B. **A experiência de ser ex-esposa: uma oficina soiopsicodramática como intervenção para problematizar a ação clínica.** 348f. Dissertação de Mestrado - Universidade Católica de Pernambuco: Recife, 2005.

_____. **“Olha!... Arru(A)ção!?!...” A Ação Clínica no Viver Cotidiano:** Conversação com a Fenomenologia Existencial. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2016.

_____. Saúde Mental é Saúde Vivida na Coexistência. In: **Anais do Encontro de**

Fenomenologias e II Ciclo de Debates sobre Fenomenologia e Pesquisa. Petrolina: UNIVASF, 2019. p. 33-37.

SILVA, Gabriel da; SANTOS, Giselle O.; SANTOS, Suely Emilia de B. Um lamento ao redor do Velho Chico: por onde anda o direito à saúde? In: CARDOSO, Fernando S.; D'ANGELO, Isabelle B. M.; CUNHA, Clarissa O. G. M. **Interdisciplinaridade e direito,** volume 2: reflexões teóricas e empíricas [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020. p. 70-84.

SILVA, Gabriel da; SANTOS, Suely Emilia de B. “Grito da Terra”: Narrativas Acerca do Fenômeno da Desapropriação na Transposição do Velho Chico. **Revista Conexão UEPG,** Ponta Grossa, Paraná - Brasil. v. 16, e2016434, p. 01-23, 2020. Disponível em:
<<https://www.revistas2.uepg.br/index.php/conexao/article/view/16434>>. Acesso em: 01 de junho de 2021.

STENGERS, Isabelle. **No tempo das catástrofes. Resistir à barbárie que se aproxima.** São Paulo: Cosac Naify, 2015.

Recebido em 2021-09-14
Publicado em 2021-10-01